

economia & história



Celso Furtado e a Busca por um Novo Modelo de Desenvolvimento

RÔMULO MANZATTO (*)

Publicado no início desse século, “*Em busca de novo modelo – Reflexões sobre a crise contemporânea*”,¹ reúne intervenções e reflexões do economista Celso Furtado sobre os possíveis caminhos para a retomada do desenvolvimento no Brasil.

Como sugere o título da obra, o livro de Furtado não propõe um modelo de desenvolvimento acabado a ser adotado pelo país. Pelo contrário, para compreender o presente, a obra retoma reflexões do passado, atualiza o pensamento de Furtado para os novos desafios que se impõem ao mesmo tempo em que procura discernir o que há de estrutural nos movimentos da conjuntura, visando sugerir as grandes tendências que iriam in-

fluenciar os futuros possíveis para o Brasil.

O método que orienta o estudo é bastante conhecido pelos leitores de Celso Furtado. Consiste no enfoque histórico-estrutural, consagrado pelo autor no já clássico *Formação Econômica do Brasil*, de 1959.² Agora definido por Furtado como “uma visão global derivada da história”,³ que se apoia no conceito de “sistema de forças produtivas” para produzir seu enfoque específico.

Lidos atualmente, os textos de *Em busca de novo modelo* dão testemunho das mudanças ocorridas no país nos últimos anos. Da mesma maneira, evidenciam alguns dos problemas brasileiros que conti-

nuam sem solução. Permanecem, a título de exemplo, a urgente necessidade de investimento em políticas educacionais, a baixa taxa de poupança interna assim como uma estrutura tributária essencialmente regressiva. Esses são fatores que contribuem para o principal problema do país: a grande concentração de renda, causadora do quadro de heterogeneidade social que percorre toda a trajetória de formação econômica e social do Brasil.

Em busca de novo modelo é dividido em sete partes. As duas primeiras tratam diretamente dos problemas brasileiros, procurando mapear a questão da pobreza no Brasil para então indagar sobre as possibilidades que o futuro poderia guardar ao país. Já no ano de 2002, quando

da publicação da obra, Furtado assinalava como a desigualdade de renda brasileira era alta mesmo quando a comparação era feita com países notoriamente desiguais, como a Índia.

Assim, enquanto no Brasil os 20% de maior renda absorviam cerca de 70% da renda total, na Índia “somente” 40% da renda nacional era absorvida pelo grupo dos 20% mais ricos. Da mesma forma, os 20% mais desfavorecidos absorviam 9% da renda na Índia, enquanto no Brasil a renda absorvida por esse mesmo contingente não ultrapassava os 2% da riqueza nacional.⁴

Não por acaso, mesmo tendo um contingente maior de população rural e renda per capita consideravelmente menor que o Brasil de então, a Índia era capaz de manter taxas de poupança interna bruta da ordem de 24% do produto, ao passo que no Brasil essa mesma taxa não passaria dos 20%.

O fato é que, no Brasil, a concentração de renda agia em favor do consumo das classes mais ricas, desfavorecendo o investimento e prejudicando o fortalecimento da demanda interna. A alta propensão ao consumo dos setores mais abastados no Brasil teria como principal característica o que Furtado considerava como um fenômeno de aculturação, expresso no gosto brasileiro pelo padrão de consumo importado, ao padrão norte-ame-

ricano, marcado pelo “desperdício, gosto pelo *show off*, pelo gasto ostentatório” que lhe seriam característicos.⁵

A mudança desse quadro exigiria, entre outras medidas, uma grande reforma no sistema tributário brasileiro, essencialmente regressivo, de maneira a torná-lo socialmente justo. Nesse âmbito, contudo, Furtado não defendia a ideia de que os impostos indiretos deveriam dar lugar a alíquotas cada vez maiores de impostos diretos. Pelo contrário, chama de “opinião ingênua” a ideia de que o imposto direto seria superior ao indireto.⁶

Para o momento de então, Furtado caracteriza o imposto indireto, que incide sobre o consumo, como o mais adequado para o país, uma vez que incidiria sobre o consumo praticado majoritariamente pelos grupos de maior renda. O aperfeiçoamento desse sistema tributário, afirma o economista, dependeria de mudanças adicionais com o objetivo de impor, por um lado, maior taxação sobre os gastos supérfluos – como carros importados e bens de luxo – e por outro, a instituição de políticas de preço que garantissem uma cesta básica de alimentos à população de menor renda.

Ainda nessa parte, são interessantes as indagações de Furtado a respeito do futuro do país, cujos dirigentes pareciam haver perdido a noção de que sua nação deveria se portar como agente ativo da

própria história em vez de simplesmente subordinar seus centros internos de decisão ao influxo das forças externas.⁷

Já as duas partes seguintes do livro contextualizam o problema brasileiro em sentido mais amplo, agora pensado no conjunto dos elementos que determinariam as raízes do processo de globalização em curso, assim como nos fundamentos que permitiriam a identificação das duas vertentes formadoras da civilização industrial.

É arejada a visão de Furtado de que os movimentos sociais contestatórios foram tão importantes quanto as inovações tecnológicas para a constituição da atual civilização industrial.⁸ O economista brasileiro também caracteriza como ambivalente o extraordinário dinamismo da inovação tecnológica, que opera no sentido do aumento de produtividade, mas também no sentido de contração da demanda.⁹

Ainda mais abrangente é a caracterização da formação da atual civilização industrial que resultaria da ação convergente de “dois processos de criatividade cultural: a revolução burguesa e a revolução científica”.¹⁰ Vai no mesmo sentido sua apreciação da criação das Sociedades Anônimas, as “S/A”, com a invenção das “greves”.

Ambos os processos são vistos por Furtado como autênticas mutações do capitalismo, que proporcio-

nam a associação de indivíduos em atuações coletivas, de caráter cooperativo ou conflitivo. Desse modo, se as sociedades anônimas propiciaram a um grupo de pessoas privadas a capacidade de criar uma entidade com personalidade autônoma e vida indefinida, as greves possibilitaram “o uso controlado da violência fora do Estado”.¹¹ Duas inovações de grande impacto e longa duração.

As três últimas partes representam um breve reencontro de Celso Furtado com sua trajetória de homem público, intelectual e ativista político. Ao tratar das responsabilidades dos economistas, Furtado produz tocante testemunho de sua própria atuação como economista em um país subdesenvolvido.

São lembradas a decisão de estudar economia e o posterior doutorado realizado na Universidade de Paris no final da década de 1940. Também a atuação pioneira na CEPAL, onde descobriu a América Latina e foi provocado a redescobrir a formação de seu próprio país, assim como a criação da SUDENE e o período em que atuou como Ministro do Planejamento. O tom de rememoração também é a tônica do capítulo que relembra o centenário de Raúl Prebisch, cuja trajetória se confunde com a criação e consolidação da própria CEPAL.

Encerra o volume um curto ensaio sobre Euclides da Cunha, no que Furtado retoma suas recordações

da infância vivida no Nordeste brasileiro. Impressiona Furtado que Euclides da Cunha, engenheiro de formação, tenha concebido uma obra como *Os Sertões*, que se destaca não pelo positivismo racista tão em voga na época, mas por haver se livrado dessa “bagagem de conhecimentos supostamente científicos”¹² para intuir o processo de formação de uma nacionalidade, de um povo essencialmente brasileiro.

A trajetória não deixa de lembrar – com diferenças – a do próprio Furtado, que por toda a vida se bateu contra os dogmas da ortodoxia econômica, no que intuiu a própria formação da economia brasileira. Mesmo assim, a obra de Euclides da Cunha nos ajudaria a perceber o quanto ainda há por fazer em um país em construção, formado por “uma imensa população amorfa, de raízes culturais múltiplas”,¹³ que estaria progressivamente adquirindo o estatuto de sua cidadania plena.

A busca de Furtado por um novo modelo de desenvolvimento ambiciona construir uma nação mais justa, menos desigual, ao mesmo tempo defensora e consciente de sua independência política.¹⁴ O sonho confesso do economista brasileiro é o da construção “de um país capaz de influir no destino da humanidade”.¹⁵

Longe de representar utopia ou quixotismo, essa é a aspiração de um sertanejo universal.

Referências

- BIESLCHOWSKY, R. *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. Em busca de novo modelo - Celso Furtado. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2002. *Revista de Economia Política*, v. 23, n. 3, 2002.
- CEPÊDA, V. A. O Pensamento político de Celso Furtado: desenvolvimento e democracia. In: BRESSER-PEREIRA, L. C.; REGO, J. M. *A grande esperança em Celso Furtado - ensaios em homenagem aos seus 80 anos*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2001.
- FURTADO, C. *Em busca de novo modelo - reflexões sobre a crise contemporânea*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- 1 Furtado (2002).
 - 2 Para uma avaliação do enfoque histórico-estrutural na produção de Furtado e da CEPAL ver Bieslchowsky (2000). Para uma avaliação da obra aqui comentada ver Bresser-Pereira (2002).
 - 3 Furtado (2002, p.72).
 - 4 Furtado (2002, p. 13-14).
 - 5 Furtado (2002, p. 20).
 - 6 Furtado (2002, p. 22).
 - 7 Furtado (2002, p. 27-28).
 - 8 Furtado (2002, p. 46).
 - 9 Furtado (2002, p. 48).
 - 10 Furtado (2002, p. 55).
 - 11 Furtado (2002, p. 62-63).
 - 12 Furtado (2002, p. 100).
 - 13 Furtado (2002, p. 101).
 - 14 Para um panorama do pensamento político de Celso Furtado ver Cepêda (2001).
 - 15 Furtado (2002, p. 43).

(* Bacharel em Ciências Econômicas (FEA-USP) e Mestre em Ciência Política (FFLCH-USP). (E-mail: romulo.manzatto@usp.br).